

Espírito Santo. Favelas em 37 municípios

Mais da metade dos municípios tem cortiços

52,6% das cidades do Estado têm esse tipo de ocupação, segundo IBGE; média nacional é de 25%

CARLA NASCIMENTO
nascimento@redegazeta.com.br

■ O Espírito Santo tem, proporcionalmente, duas vezes mais cidades com cortiços do que a média nacional. Ao todo, 41 municípios, ou 52,6%, têm esse tipo de ocupação, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No restante do país, o índice gira em torno de 25%.

A Pesquisa de Informações Municipais (Munic) constatou ainda que 37 dos 78 municípios capixabas declararam ter favelas, o que colocou o Estado na sexta posição do ranking nacional.

A doméstica Luciana Reis do Nascimento, 25 anos, sabe o que é viver em situação precária. Ela mora numa casa de dois cômodos, onde dormem cinco pessoas, em Vitória. O mesmo lote abriga três imóveis, em condições semelhantes. Mas a situação deve mudar para Luciana. Ela está cadastrada num projeto da prefeitura que vai trocar a casa com estrutura de madeira por alvenaria.

“Com o tempo, minha família não pôde continuar morando debaixo do mesmo teto. Alguns casaram, outros separaram. Meu irmão e eu construímos uma casa sozinhos. Não tem um quarto, são só dois cômodos para tudo. Quando choveu, ficou alagado. Acredito que com esse projeto da prefeitura vou morar num lugar melhor.”

O presidente da Associação dos Municípios do Espírito

Santo (Amunes), Guerino Balestrassi, diz que a formação de cortiços e favelas no Estado pode ser encarada como resultado do atraso na implantação de políticas públicas que regulamentam o uso do solo.

“Na Região Sudeste, somos um dos Estados mais atrasados na criação do plano diretor urbano. Nos últimos anos, demos um salto. Mas, no passado, a ocupação foi desordenada”, diz.

Segundo ele, não faltou investimento em habitação. “Tivemos um processo de migração das pessoas do meio rural para o urbano muito rápido. Mas vieram poucas pessoas de outros Estados. Não havia um grande crescimento habitacional que justificasse o investimento em habitação. Isso só passou a acontecer nos últimos anos”, afirma.

Degradação nos 78 municípios

■ Todos os municípios capixabas sofreram algum tipo de degradação ambiental nos últimos dois anos. A informação também foi constatada pela pesquisa do IBGE. Dos 78 gestores municipais, 64 admitem que houve casos de assoreamento d'água, 58 verificaram poluição da água e 54 indicaram queimadas. No ranking de ofensas contra o meio ambiente ainda aparecem registros de

desmatamento, contaminação do solo, poluição do ar, alteração da paisagem, entre outros.

Pouco menos de um terço das prefeituras tem recursos específicos para a área do meio ambiente. Cerca de 74% consideram os órgãos públicos como principal fonte. Apenas 16 municípios têm Fundo de Meio Ambiente. Em 2008, 35 municípios capixabas tinham Conselho Municipal de Meio Am-

biente, mas só 54,2% realizaram pelo menos uma reunião nos 12 meses anteriores à pesquisa.

Para Roberto Garcia Simões, professor da Ufes e especialista em Políticas Públicas, faltam programas regionais, que envolvam vários municípios e o governo do Estado, para a preservação do meio ambiente. Outra sugestão é apostar na articulação da área ambiental com o planejamento urbano, por exemplo.



APERTO. Na casa de Luciana Reis, em Vitória, cinco pessoas dividem dois cômodos

Municípios constroem casas

Projetos em Cariacica e Vitória ajudam a erguer imóveis; na Serra, certas escrituras são facilitadas

■ Para combater o grande número de imóveis irregulares, os municípios multiplicam os programas voltados para a área de habitação. Em Vitória, o projeto Reconstrução transforma casas de madeira em alvenaria. Até agora, 50 famílias foram beneficiadas.

A previsão é que até o final de 2009 outras 233 casas sejam reformadas. Há também projetos para a construção de unidades habitacionais em situação de risco, seja pela estrutura arquitetônica ou pelo local onde estão inseridas.

O Projeto Terra passou a chamar-se Terra Mais Igual e continua em andamento. Ele foi criado em 1998 com a meta de atender a 95 mil pessoas. Até agora, cerca de 50% dessa população foram beneficiados com melhorias no sistema viário, reconstrução de habitações e reassentamento.

Em Cariacica, serão construídas 420 casas, em 2009, nos bairros Nova Canaã e Operário. Segundo o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Renato Laures, o projeto custará R\$ 30 milhões e contará com recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). A prefeitura terá que arcar com uma contrapartida de 10% do valor. “São bairros carentes, onde há moradias com risco social e necessidade de preservar o meio ambiente. Em Nova Canaã, há casas próximas a mangue; e no Bairro Operário, próximas ao Rio Formate”.

Na Serra, há uma lei que isenta do Imposto sobre Transferência de Bens e Imóveis (ITBI) de qualquer imóvel construído pela Cohab, alguns financiamentos pela Caixa Econômica Federal (como o PAR) e pontos religiosos. Além disso, o município também tem um projeto de regularização fundiária, que atende a donos de imóveis que não estão em áreas de preservação ambiental. Assim, famílias de baixa renda que estão em situação irregular podem adquirir a escritura.

REGULARIZAR É PRIORIDADE

Análise

ROBERTO GARCIA SIMÕES
Especialista em políticas públicas e professor da Ufes

■ Quando se trata de moradia, o importante é que o conjunto da área seja tratado como unidades isoladas. A pessoa deve ser proprietária da terra. Hoje, quando se fala em política habitacional pensamos na construção de novas unidades. Mas o fundamental em áreas onde moram famílias nessa situação é que haja um programa de urbanização, tendo como prioridade a questão fundiária.

A regularização gera segurança. Muitas dessas pessoas que hoje vivem em cortiços estão em situação irregular, chegaram lá por meio de invasões. Ao invés de construir novas casas, poderiam regularizar a situação dessas pessoas e aprovar linhas de crédito específicas para reformas.

Sobre a pesquisa

■ **Definição:** Entre os critérios usados pelo IBGE para definir cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco estão a presença da unidade de moradia com várias famílias, que usam as mesmas instalações hidráulicas e sanitárias. Favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados são construções sem escritura, feitas em terreno alheio, em área de lotes com tamanhos irregulares e com pouca infra-estrutura

■ **Onde há cortiços:** Alegre, Alfredo Chaves, Alto Rio Novo, Anchieta, Aracruz, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro

do Itapemirim, Cariacica, Conceição da Barra, Domingos Martins, Ecoporanga, Fundão, Guaçuí, Guarapari, Ibatiba, Ibiracu, Iconha, Itapemirim, Itarana, Jaguaré, Jerônimo Monteiro, João Neiva, Linhares, Mantenópolis, Marataízes, Marechal Floriano, Muniz Freire, Muqui, Pancas, Pedro Canário, Rio Bananal, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, São Mateus, Serra, Sooretama, Viana e Vitória

■ **Onde há favelas:** Alegre, Anchieta, Aracruz, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Conceição da Barra,

Ecoporanga, Fundão, Guarapari, Iconha, Itaguaçu, Itapemirim, Itarana, Iúna, Jaguaré, Jerônimo Monteiro, Linhares, Mantenópolis, Marataízes, Marechal Floriano, Marilândia, Mimoso do Sul, Muqui, Piúma, Ponto Belo, Rio Novo do Sul, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, São Mateus, Serra, Sooretama, Viana, Vila Velha, Vitória

■ **Pesquisa:** A sétima edição da Pesquisa de Informações Municipais (Munic) possui dados de 2008. Ela investigou a gestão pública, meio ambiente, transporte e habitação